



Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental

IPTU Verde

Servidão Ambiental

Pagamento por Serviço Ambiental

Municipalização da Cobrança pelo ITR



Municipalização da Cobrança pelo ITR

Cadastro Rural

Buscar no Site



Rede de Atendimento

Perguntas Frequentes

Onde Encontro

Fale Conosco

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [NOTÍCIAS](#) > [RFB](#) > MAIS DE 2000 MUNICÍPIOS JÁ ADERIRAM AO CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL PARA COBRAR O ITR



Institucional

Serviços

Estatísticas

« Notícias

Cadastro Rural

INCRA

« RFB

Manuais

Links Úteis

Legislação

Mais de 2000 municípios já aderiram ao Convênio com a Receita Federal para cobrar o ITR

« Anterior Próxima »

2092 municípios em todo o Brasil já aderiram ao convênio com a União para a fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, beneficiando-se assim de todo o produto arrecadado.



De acordo com a Constituição Federal, 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR cabe aos municípios. Porém, aqueles municípios que optam pela fiscalização e cobrança do imposto podem ficar com a totalidade do produto de sua arrecadação.

A atribuição de fiscalizar, lançar e cobrar o ITR pode ser delegada pela União ao Distrito Federal e aos municípios por meio de convênios, conforme estabelecido na Lei nº 11250, de 27 de dezembro de 2005. A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB é o órgão responsável por estabelecer os requisitos e as condições necessárias à celebração desses convênios.

Um Comitê Gestor do ITR – CGITR foi criado pelo Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008 para dispor sobre a celebração, a administração e a operacionalização dos convênios celebrados entre esses entes,

Pagamento por Serviço Ambiental

01/10/14 | Recursos naturais Gestão ambiental e territorial

Jaguariúna aprova lei para pagamento de serviços ambientais



Foto: Ricardo Figueiredo



Rio Jaguari cruzando a cidade de Jaguariúna

Jaguariúna aprovou uma nova lei nesse mês de setembro de 2014, que prevê o pagamento por serviços ambientais "hídricos". Trata-se de um dos resultados das ações da Unidade Gestora do Programa Bacias Jaguariúna (UGP), um programa criado por uma outra lei municipal em abril desse ano. Na UGP participam atualmente, ao lado da Prefeitura, representada pela Secretaria de Meio Ambiente, a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP), tendo como representantes os pesquisadores Ricardo Figueiredo, titular e Maria Lucia Zuccari, suplente, assim como a The Nature Conservancy (TNC), a Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) e a Associação Mata Ciliar.

A Lei autoriza o repasse do ICMS Ecológico, a título de compensação financeira, por área protegida dos municípios paulistas, para o Fundo Municipal de Meio

Ambiente – FMMA, visando implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade de vida da população.

Também ficou autorizado o apoio financeiro para pagamento por serviços ambientais - PSA - aos proprietários rurais que aderiram ao Programa Bacias Jaguariúna, com o cumprimento de metas como adoção de práticas conservacionistas de solo, com a finalidade de abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, adoção de práticas para o saneamento ambiental com a finalidade de dar tratamento adequado ao abastecimento de água, tratamento de efluentes líquidos e disposição adequada dos resíduos sólidos das propriedades rurais, implantação e manutenção da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal, seguindo os critérios da Lei.

O apoio financeiro aos proprietários rurais habilitados, donos de área igual ou superior a dois hectares, iniciará com a implantação de todas as ações propostas e poderá ser estendido por 4 anos. Será considerado habilitado o proprietário que tiver sua propriedade inserida na área trabalhada pelo Programa e estiver cadastrado no Portal Ambiental Municipal de Jaguariúna.

O edital para habilitação dos interessados será elaborado e divulgado pela Secretaria de Meio Ambiente, com diretrizes, prazos e outras informações relevantes ao processo de seleção. O Programa deverá custear integralmente os valores do PSA, além de poder custear de maneira integral ou parcial, valores para as ações de conservação, restauração e saneamento rural previstos nos projetos técnicos.

A Embrapa Meio Ambiente, além de compor a UGP do Bacias-Jaguariúna, colabora nas ações de monitoramento da qualidade e quantidade de água nos trechos fluviais da área inicial abrangida pelo referido



Pagamento por Serviço Ambiental

Conheça o Projeto:

- O Projeto
- Leis
- Folder
- Livro
- Trabalhos Científicos
- Contato
- Notícias
- Como chegar na sede do projeto
- Artigo Científico

Reportagens:

Rede Vida Tv Brasil Globo Ecologia Globo Rural Avança Jornal Nacional Jornal Nacional
Globo News

Parceiros:



Prêmios:



Carla Matheus – Fevereiro 2019



Servidão Ambiental

Eu, sou proprietário rural do bairro do Itapetinga, divisa com o bairro do Portão. É uma das áreas de manancial da cidade e tenho um adicional florestal na minha propriedade.

Pela lei florestal de 2012 posso pegar parte da minha área e fazer a Servidão Ambiental.

Com esse recurso que vou receber para manter essa parte da floresta de pé vou conseguir pagar o que falta do meu financiamento (que já estou pagando há mais de sete anos).

Com isso vou garantir a perpetuidade da floresta.

Vinicius de Zorzi

IPTU Verde



ARARAQUARA
DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

HOME SERVIDOR GOVERNO INTERNET SECRETARIAS CONTATO

busca ok

Portal da
Transparência

Funcionário
FunGOTA

10º Consetrans

2ª Via TRIBUTOS

Adoção de Animais

Agenda Cultural

Balanco de Governo
2009

Balanco de Governo
2010

Balcão de
Empregos

iptu verde

SESMT

Adote
um Animal

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ORÇAMENTO
E PARTICIPAÇÃO
PARA TODOS

Site
COMCRIAR

araraquara
contos
clique e leia

Violência contra crianças e
adolescentes **DISQUE 100**
DENUNCIE

GDE
RECEISSA DE SAUVA VIA OPTICA
nota fiscal eletrônica

Internet grátis.



SEBASTIÃO LUIZ VERDE clique aqui

OBTENÇÃO DO IPTU VERDE clique aqui

06 de dezembro de 2009 clique aqui

Para solicitar desconto do IPTU Verde

Araraquara que conservarem áreas arborizadas em
podem solicitar o benefício do incentivo ambiental do
Imposto Urbano (IPTU), conhecido como IPTU Verde.

no IPTU para propriedades urbanas acima de 2 mil
conservarem, no mínimo, 30% de área verde com
ou declarada de preservação permanente.

IPTU VERDE
2010

Imposto Predial e Territorial Urbano



Carla Matheus – Fevereiro 2019



Políticas Públicas – Salvador 2016

Mapa de fundo mostrando o Rio Atibaia e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande.

MONUMENTO NATURAL
ESTADUAL DA PEDRA GRANDE

828 904 819 808 826 814 812 886 1041 962 1065 1024 970 1003 871 842 862 856 752 1079

Institucional Notícias Cidades Participantes Exos Indicadores Boas Práticas Biblioteca Prêmio PCS Login Mapa do Site

PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

Buscar

Informativo no seu e-mail

Selecione o idioma

t f y+ g+ w

Início > Boas Práticas > Programa IPTU Verde

Programa IPTU Verde

Planejamento e Desenho Urbano

Like 48 Tweetar G+ 0 in Share 1

Salvador

Continente: América do Sul

País: Brasil

Estado -BA
Provincia:

Dados de população e território extraídos da
Wikipédia



O IPTU Verde é uma iniciativa da Prefeitura de Salvador para incentivar os empreendimentos imobiliários a contemplarem a sustentabilidade em suas construções. Para isso, oferece descontos no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), de acordo com uma pontuação estabelecida pelo Programa de Certificação Sustentável, que varia entre bronze, prata ou ouro.



Carla Matheus – Fevereiro 2019



Políticas Públicas - São Paulo 2011



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

[Serviços](#) | [A Cidade](#) | [Compras](#) | [Notícias](#) | [Governo](#)

Busca no portal

São Paulo Agora

Pesquisa de Legislação Municipal

Nº 39 Ano: 2011 Secretaria: CAMARA

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

PROJETO DE LEI 39/2011

do Vereador Adilson Amadeu (PTB)

“INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO E DESCONTO, DENOMONADO “IPTU VERDE” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de São Paulo o IPTU Verde, cujo objetivo é fomentar medidas que preservem, protejam e recupere o meio ambiente, mediante a concessão de benefício tributário ao contribuinte.

Art. 2º - O benefício tributário disposto consiste na redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários de imóveis residenciais e não-residenciais que adotarem as seguintes medidas:



Políticas Públicas - São Paulo 2017

Alinhado às boas notícias do mercado, o GBC informa a assinatura do Decreto nº 57.565 de 27/12/2016 pela Prefeitura de São Paulo, que regulamenta os procedimentos de fiscalização da quota ambiental e o incentivo de certificação da nova lei de zoneamento da cidade (Lei nº 16.402/2016).

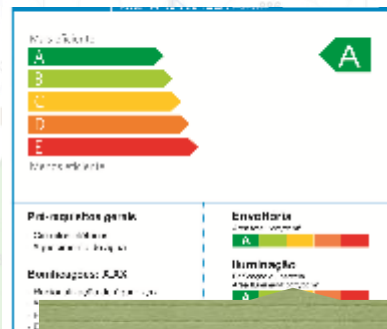
Em suma, a lei e o decreto oferecerão a possibilidade de um desconto muito significativo no valor da outorga onerosa para prédios residenciais com certificação de construção sustentável, como por exemplo, o CASA.



Certificações



FSC



Procel Edifica



LEED



Processo AQUA

ACQUA

Lembrando que a sustentabilidade é poder usar os recursos naturais sem comprometer as gerações futuras, fica impossível fazer intervenções um município sem pensar em sustentabilidade.

